



Reforma Administrativa para quem?

Neuriberg Dias – Diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP)

29/07/2025

BRASIL

**Reforma Trabalhista –
Lei 13.467/2017**

**Terceirização – Lei
13.429/2017**

**Reforma da
Previdência – EC
103/2019**

**Reforma Administrativa –
PEC 32/2020 e GT criado na
Câmara dos Deputados**

**Teto de Gastos – EC
95/2016 e 109/2021**

**Arcabouço Fiscal – Lei
Complementar 200/2023**

**Mudança estrutural na base
econômica e tecnológica**

**Disputa
pelo
recursos
públicos e
reduzir o
tamanho do
Estado**

**Desregulamenta
ção do trabalho
e dos direitos
sociais**

**Reforma do Estado
Brasileiro**

**Liberdade
Econômica – Lei
13.874/2019**

**Marcos regulatórios
setoriais**

**Desinvestimento e
privatizações**

**Lei das Estatais
Lei 13.303/2016**

Governo Lula?

1. Contexto atual

- **Pacto entre mercado e Congresso**

O mercado tolera o financiamento público de campanhas, empoderamento orçamentário do Congresso, aumento na quantidade de parlamentares e até que os parlamentares aposentados acumulassem sua aposentadoria com o salário de qualquer mandato eletivo. Desde que:

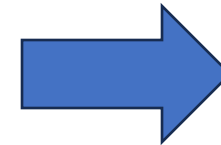
- a) atue como barreira contra pautas sociais do Executivo:** Impeça a expansão de políticas redistributivas, limitando a ação do Estado em prol da redução das desigualdades; e
- b) defenda as pautas que beneficiem a elite empresarial:** derrubada do IOF, derrubada de imposto sobre grandes fortunas, manutenção da desoneração da folha, isenções fiscais bilionária, pagamento de IR para lucros e dividendos, anistia de dívidas para agronegócio, regimes tributários especiais e metade do orçamento para pagamentos de juros da dívida.
- c) Desestruturação do movimento sindical** como um dos principais de sustentação social do governo Lula – crise do INSS e custeio sindical;

1. Contexto atual

• Governo x Mercado:

Governo

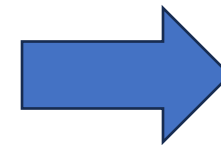
1. Redução de super salários;
2. Tributar lucros e dividendos;
3. Cortar incentivos fiscais para empresas;
4. Novo regime de aposentadoria militar;
5. Tributar super ricos.



Para beneficiar
99% da população

Mercado

1. Salário mínimo sem aumento real;
2. Desvincular reajuste de benefícios;
3. Limitar recursos para saúde e educação;
4. Nova reforma da previdência;
5. Reforma administrativa.



Para beneficiar 1%
da população

1. Contexto atual

- **Orçamento em disputa – Derrubada o IOF, GT da reforma administrativa, anistia para dividas rurais, entra nesse contexto:**

- **Narrativa das reformas trabalhista e da previdência;**

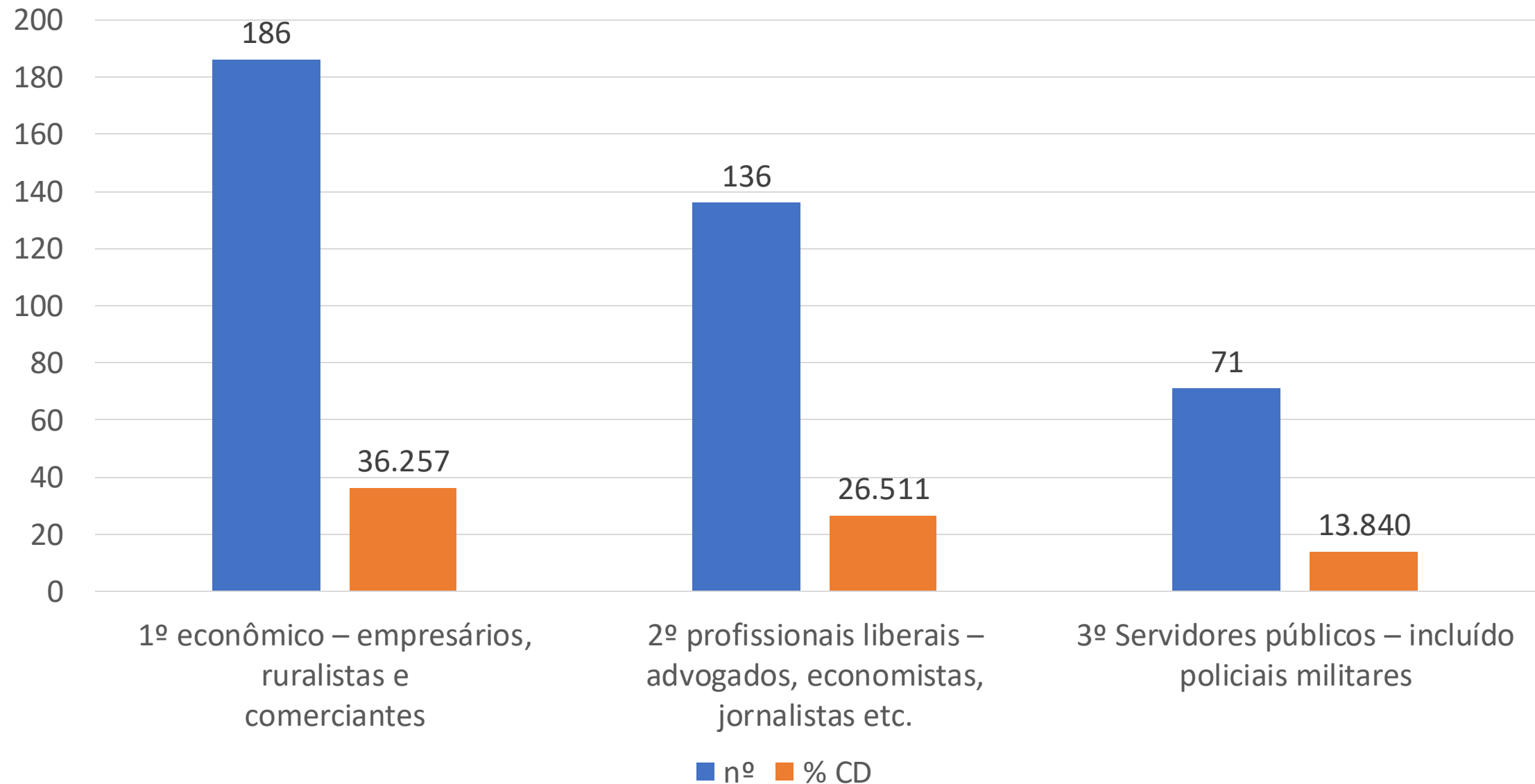
GT e PEC 32: fim da estabilidade; contrato temporário, terceirização e parcerias com entre privados; limitação de vantagens, por exemplo, o fim da progressão exclusivamente por tempo de serviço;

- **Estado grande, caro e ineficiente, será?;**

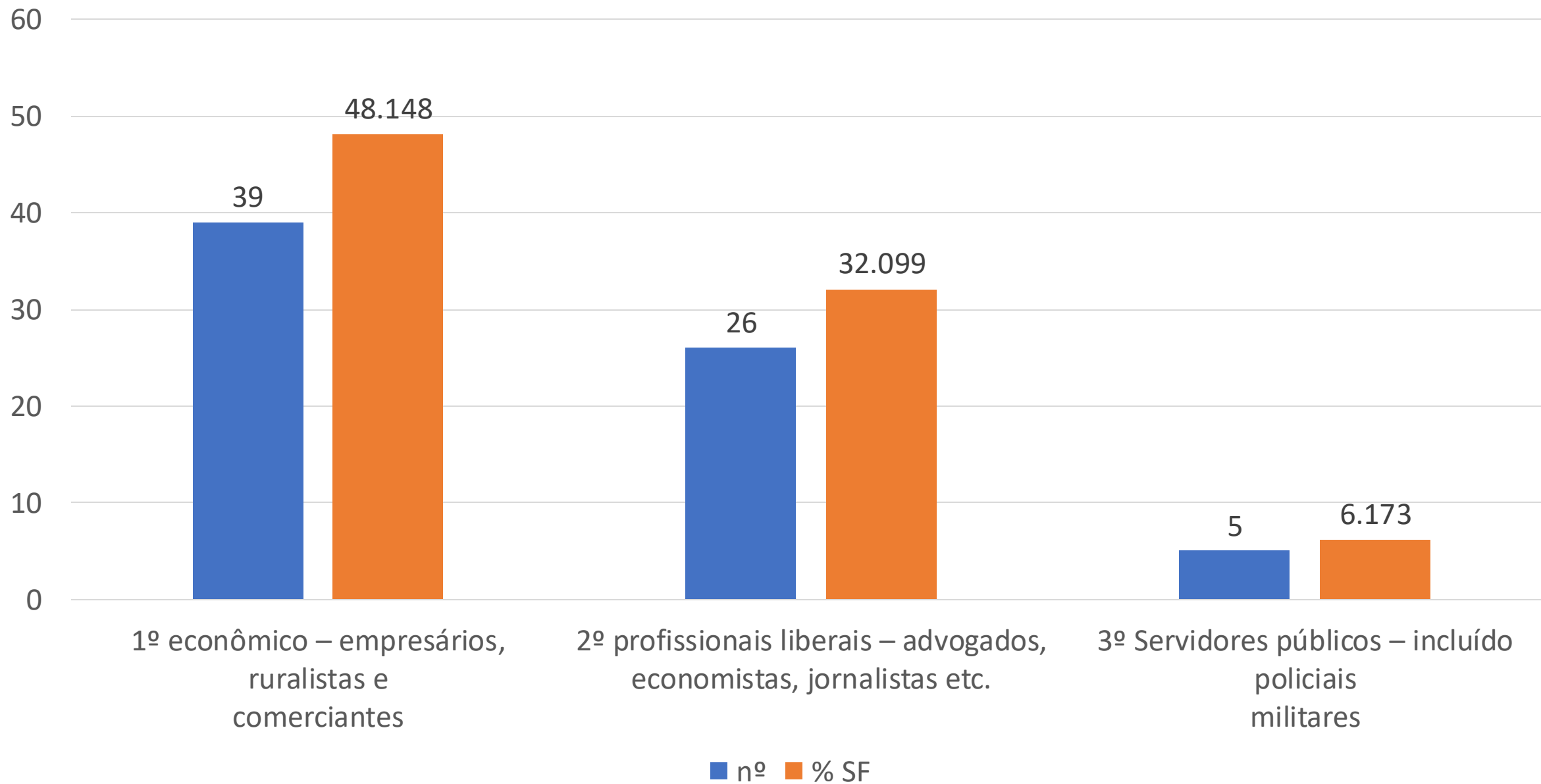
1. Contexto atual

- **Congresso em processo eleitoral:** super federações; emendas orçamentarias; fundo eleitoral; ampliação de parlamentares na câmara x impopularidade de decisões;
- **Governo em momento (desfavorável) e setores econômicos organizados dentro do Congresso;**
- **Exige mobilização diante dos riscos legislativos;**
- **O perfil do atual Congresso Nacional em relação a defesa de interesses:**

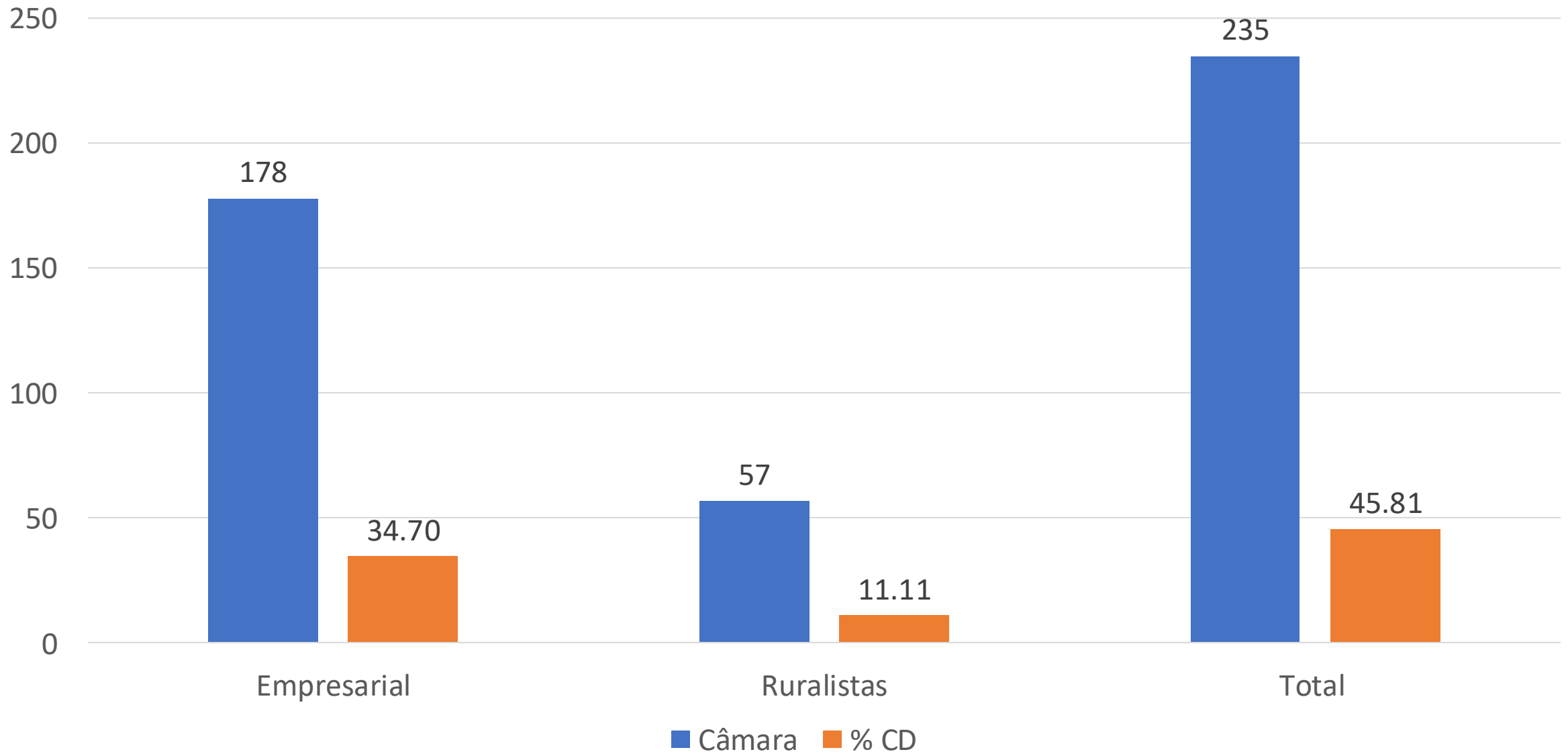
Câmara - Principais profissões/ocupações - 2023 a 2027



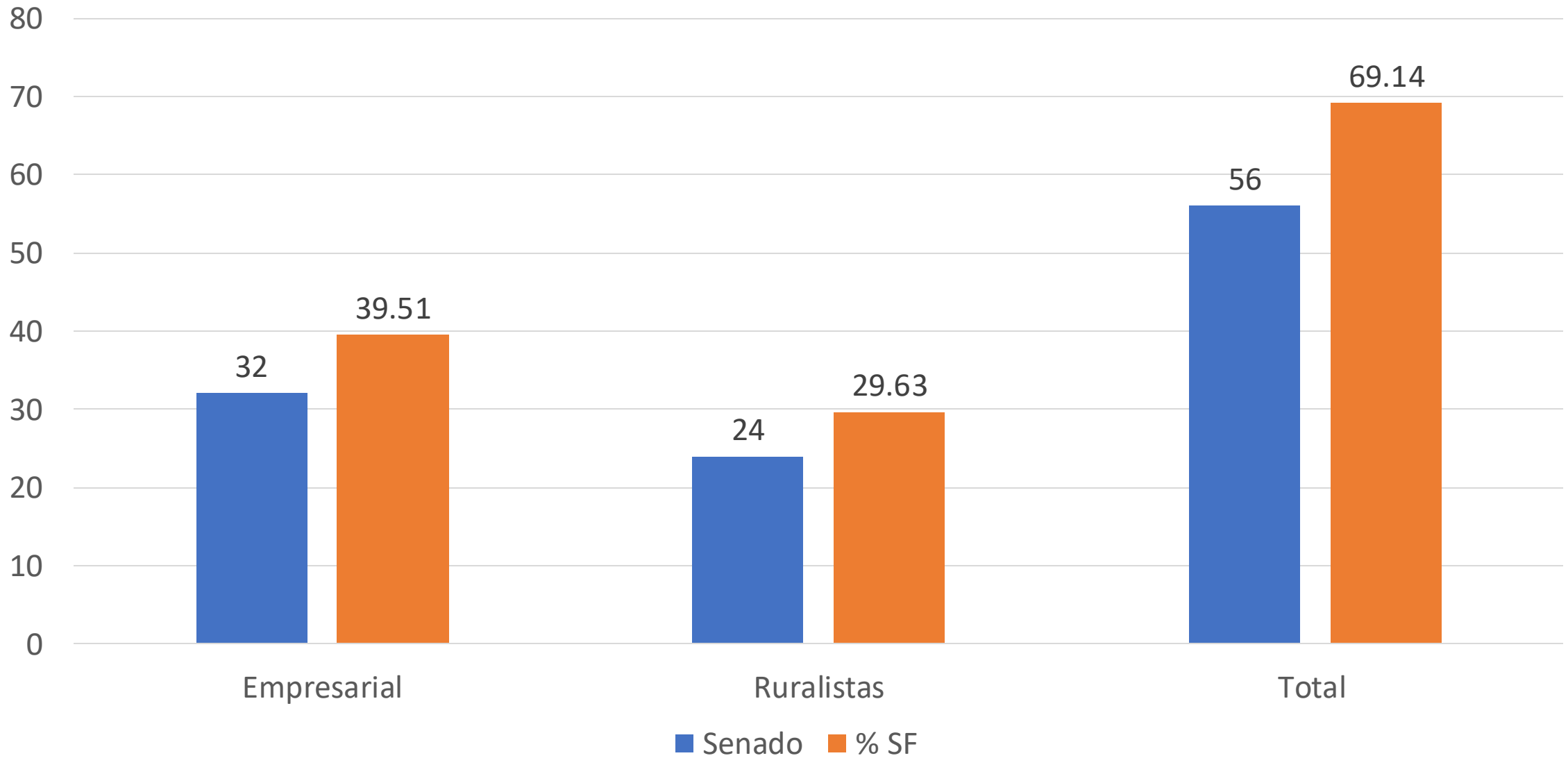
Senado - Principais profissões/ocupações



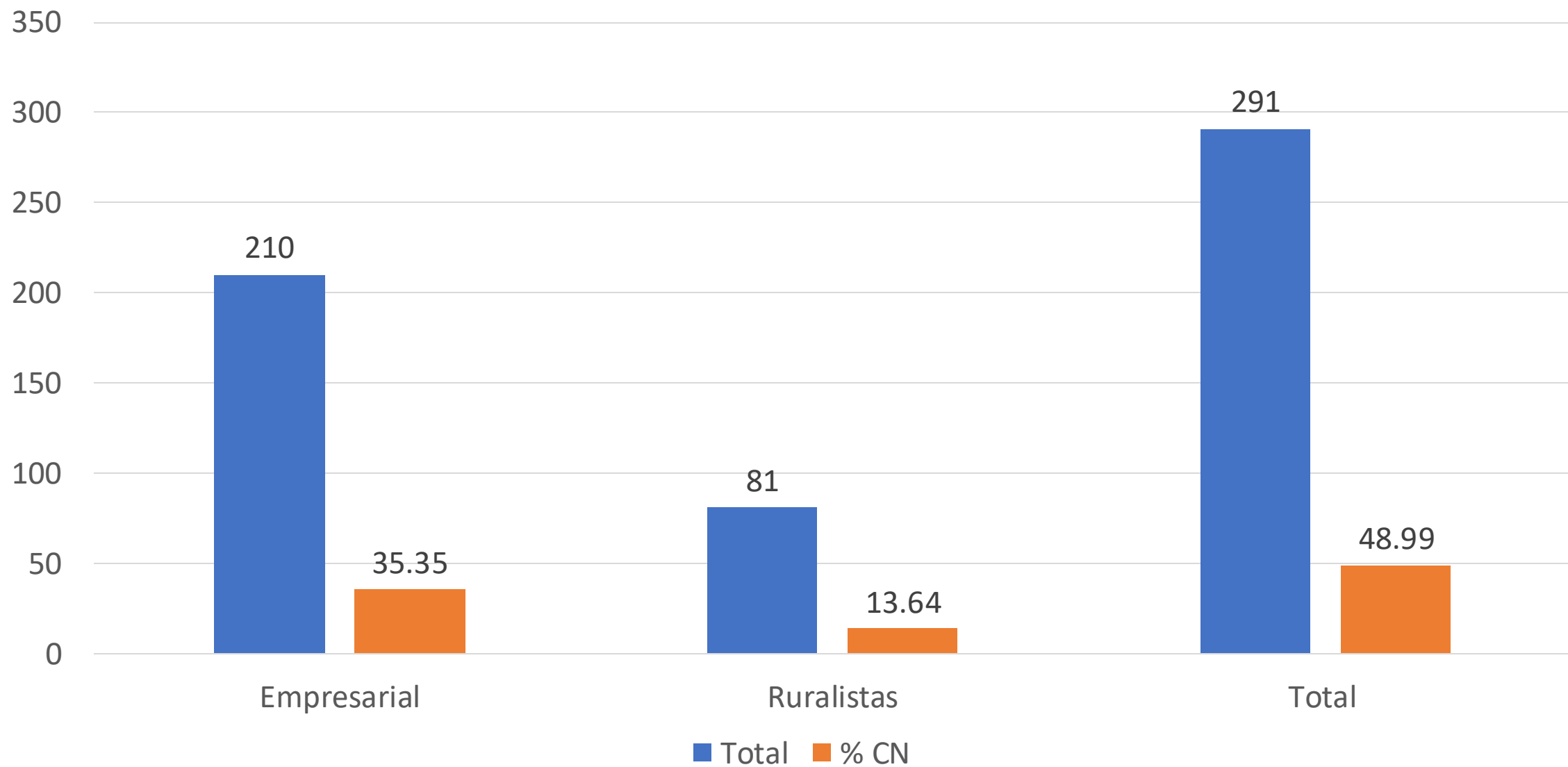
Câmara - bancadas informais



Senado - bancadas informais



Congresso - bancadas informais



O que está em jogo?

- A reforma administrativa voltou ao centro do debate no Congresso Nacional. As propostas em análise visam alterar regras que estruturam o serviço público e a atuação do Estado brasileiro. No entanto, surge uma pergunta crucial: essa reforma é realmente para todos ou apenas para alguns?
- Esta apresentação busca esclarecer essa questão ao apresentar, de forma didática, quem são os possíveis perdedores, quem se beneficia com as mudanças propostas e os motivos por trás disso. O foco está principalmente na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/2020 e no Grupo de Trabalho (GT) da Reforma Administrativa, que têm sido os principais vetores das discussões atuais.
- Entre os principais alvos da reforma estão os servidores públicos, os cidadãos que dependem dos serviços públicos, os empresários e a própria estrutura do Estado. A promessa oficial é de que a reforma trará mais eficiência e modernização à administração pública. No entanto, o risco real identificado por diversos especialistas e movimentos sociais é o da precarização das condições de trabalho, do desmonte de serviços essenciais e do aprofundamento das desigualdades sociais.

O Estado é mesmo grande demais?

Não! Os números desmentem o mito do Estado inchado:

PAÍS	% DA FORÇA DE TRABALHO NO SETOR PÚBLICO
NORUEGA	30%
FRANÇA	21%
REINO UNIDO	16%
BRASIL	12,5%

- A despesa da União com pessoal caiu de **4,32% para 3,39% do PIB entre 2017 e 2023**, segundo Nota Técnica Conjunta da Consultoria de Orçamento do Congresso Nacional.
- **Fonte:** OCDE, Congresso Nacional

Os serviços públicos em risco?

Sim. As propostas da reforma defendidas até momento:

- facilitam **contratações temporárias**;
- ampliam a **terceirização**;
- aumentam **cargos comissionados (sem concurso)**; e
- **reduzem ou retiram direitos dos servidores.**

Essas medidas ameaçam a continuidade e qualidade dos serviços públicos.

A estabilidade é uma garantia de atendimento técnico, imparcial e permanente, e não pode ser tratada como direito apenas dos atuais servidores, mas também dos futuros servidores ou pior ainda ao permitir sua substituição por organizações sociais, contratos temporários, terceirizados e outras formas de contratação sem estabilidade.

Todo cuidado é necessário para evitar retrocesso na prestação de serviços para o cidadão. Quais números sobre a cobertura atual?

Sistema Único de Saúde (SUS)

- Atende **cerca de 160 milhões de brasileiros** que não têm plano de saúde privado (IBGE, 2023).
- Realiza **mais de 4 bilhões de procedimentos por ano**, incluindo atendimentos ambulatoriais, internações, exames e cirurgias (Datasus, 2023).
- É responsável por **90% dos transplantes realizados no país**.

Educação Pública

- **84% dos alunos da educação básica** (infantil ao ensino médio) estão matriculados em escolas públicas (Censo Escolar/INEP, 2023).
- **Mais de 47 milhões de estudantes** frequentam escolas públicas.
- O setor público oferece **mais de 300 institutos federais de educação técnica e tecnológica**, com forte inserção no interior.

Assistência Social (SUAS)

- Atende anualmente **cerca de 80 milhões de pessoas** em situação de vulnerabilidade (Ipea, 2023).
- **Mais de 8 mil Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)** funcionam em municípios brasileiros.
- **O BPC (Benefício de Prestação Continuada) e o Bolsa Família** chegam juntos a **cerca de 30 milhões de brasileiros**, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (2024).

Segurança Pública e Justiça

- Mais de **11 milhões de processos são atendidos anualmente pela Defensoria Pública** nos estados (Condege, 2023).
- A Defensoria é o **único acesso à Justiça** para mais de **100 milhões de brasileiros** com renda inferior a 3 salários mínimos.

Serviços essenciais prestados por servidores públicos

- **80% das vacinas aplicadas no país** são distribuídas pela rede pública.
- O Estado brasileiro é responsável por **100% do controle de endemias, vigilância sanitária, fiscalização ambiental e previdência rural.**

E remuneração dos servidores é alta?

Não. Veja como como são remunerados os servidores públicos em geral:

- **62% dos servidores federais ganham até R\$ 7 mil/mês**
- A média salarial no nível municipal é **inferior a R\$ 3 mil**
- Apenas **2% têm supersalários acima de R\$ 20 mil**

A grande maioria são professores, agentes de saúde, fiscais e assistentes sociais.

Fonte: Painel Estatístico de Pessoal – MGI, RAIS

As grandes inovações partiram do serviço público. Você sabia?

O PIX – Pagamento instantâneo, tão conhecido pelos brasileiros é um exemplo. Isso porque foi:

- Desenvolvido e gerido integralmente pelo **Banco Central do Brasil**, órgão da administração pública federal.
- Lançado em novembro de 2020, o **PIX já é utilizado por mais de 150 milhões de pessoas** e empresas.
- Tornou o Brasil referência mundial em pagamentos instantâneos públicos.
- Evitou gastos com intermediários e taxas bancárias, democratizando o acesso bancário.

Destaque: Em menos de 3 anos, superou **todos os outros meios de pagamento combinados** em número de transações.

Esse é um exemplo recente e, de muitos outros, que temos no Brasil realizado através de pesquisas e estudos que impulsionam o desenvolvimento do país.

O Cidadão é o elo mais fraco?

Sim. O impacto é direto e isso significa:

- Menos concursos;
- Mais precarização; e
- Menor qualidade e continuidade no atendimento.

O Estado ficará **menos preparado para atender em crises, emergências e desigualdades.**

Empresários: aliados ou beneficiados?

O setor privado também depende de um Estado forte e equilibrado:

- Saúde pública para trabalhadores;
- Educação básica e técnica para mão de obra; e
- Justiça, regulação, segurança pública.

Fato: Renúncias fiscais somaram R\$ 456 bilhões em 2023 — mais que o gasto com pessoal federal.

Fonte: Receita Federal

Afinal, a reforma administrativa a que veio?

A reforma administrativa, como está, **não combate privilégios — fragiliza o serviço público**. Existem propostas para corrigir essas distorções, porém, não avançam no Congresso Nacional.

Ela atinge **quem mais depende do Estado**: a população trabalhadora, os mais pobres e os servidores de base. Assim como também o pequeno, médio e grande empresário. Todos são afetados.

Reformas de verdade precisam de **diálogo, transparência e foco na valorização do serviço público**.

Como será a tramitação no Congresso?

- O Grupo de trabalho vai apresentar um relatório final – previsão para depois do dia 12 de agosto;
- Enviar para a mesa diretora da Câmara para dar o andamento regimental: número de assinaturas e apresentação;
- Despacho para as comissões permanentes para discussão e votação;
- A depender do acordo no colégio de líderes, poderá ter urgência para votação direta no plenário da Câmara;
- E ainda podendo ser apensada a outras propostas em estágio avançado de tramitação na Câmara;
- E no curso normal regimental será designado relator, abertura de prazo para emendas, realização de audiências públicas e discussão e votação do parecer em cada fase de tramitação;
- As propostas ainda precisam tramitar no Senado Federal.

2. Grupo de Trabalho da Reforma Administrativa

- **Membros** – 14 deputados, sendo coordenador o vice-líder do governo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ);
- **Obs.: diferente de comissão especial que tem um debate mais participativo com 40 sessões.**
- **Prazos** – dia 07/07 a apresentação do parecer preliminar; e 14/07 a versão final;
- **Propostas** – apresentou cinco eixos de propostas que serão sistematizadas em 3 tipos de proposições: PEC, PLP e PL:

Eixo 1 Estratégia	Eixo 2 – Admissão	Eixo 3 - Desenvolvimento de Carreira	Eixo 4 - Desenvolvimento de Carreira	Eixo 5 - Governança e Implementação	Outros tópicos de interesse
Planejamento Estratégico com Foco no Cidadão; Estrutura Organizacional ; Processos; gente “servidores”	Diferentes Naturezas dos Vínculos; Processo de Seleção; Estágio probatório / Dispensas justificadas / Curso de formação	Sistema de carreiras; Gestão de Desempenho e Desenvolvimento ; Programa de Lideranças	Estímulos/incentivos à inovação e Digitalização do estado; Dados, Acesso à Informação, Proteção de Dados Pessoais; Instrumentos para facilitação de contratação de MEI como o “mais Brasil”	Implementação em Estados e Municípios; Governança da implementação ; Transparência e Dados	Supersalários / Privilégios; Regras de Punição Críveis (ex. Aposentadoria compulsória magistratura); Teletrabalho

3. Preocupações em relação ao GT

- **Manobras legislativas:**

Apensamento de PEC: caso uma nova PEC seja apensada à PEC 32/2020, deputados fora do GT não poderão apresentar emendas, comprometendo o exercício pleno do mandato.

- **Centralização:**

Participação concentrada: a condução está altamente centralizada na liderança de poucos parlamentares (Dep. Pedro Paulo e Pres. Hugo Mota).

Audiências públicas limitadas: apesar de previstas, não há transparência nem abertura real para participação ampla — o processo seletivo e restritivo.

- **Calendário:**

Prazo exíguo: 45 dias é insuficiente para consolidar audiências, redigir anteprojetos e debater medidas tão complexas.

Riscos de produzir soluções genéricas, com baixa viabilidade jurídica ou operacional.

- **Limites Constitucionais:**

Dependência de iniciativa: se as propostas envolverem criação/extinção de cargos, regime jurídico ou orçamento, dependem exclusivamente do Executivo (art. 61 da CF).

Consequência: O GT pode elaborar propostas sem eficácia prática, caso careçam de iniciativa presidencial.

- **Evidências e lições:**

Ampliação de contratação temporárias (prazo determinado), dentre outras formas de contratação; ampliação da terceirização; privatização de serviços públicos; e avaliação de desempenho.



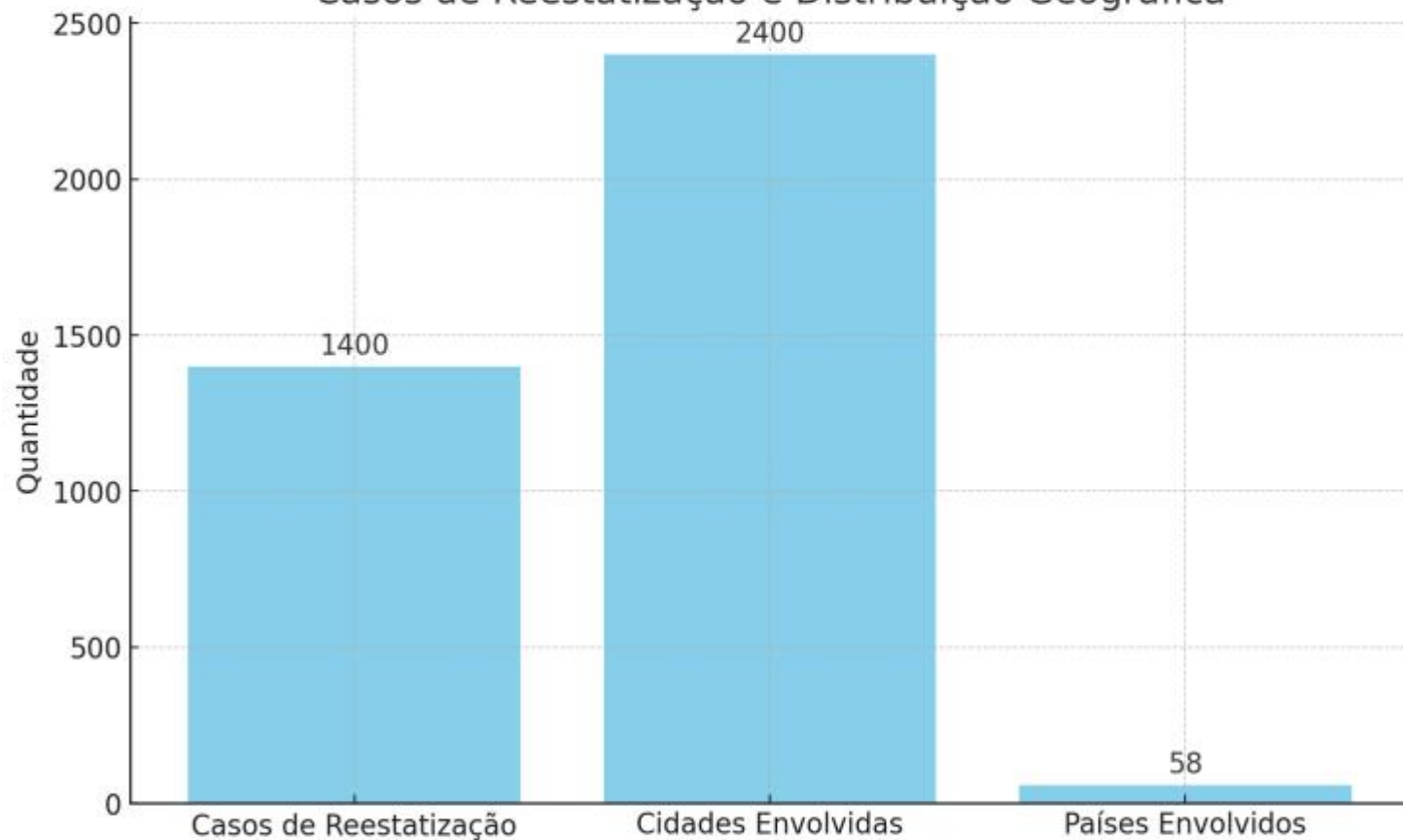
O FUTURO É PÚBLICO

PELA PROPRIEDADE PÚBLICA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS



EDITADO POR
Satoko Kishimoto,
Lavinia Steinfert e
Olivier Petitjean

Casos de Reestatização e Distribuição Geográfica



Fonte: TNI (Transnational Institute), traduzida e publicada em "O Futuro é Público" pelo Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas.

[illegible]

ENTRE 2000 E 2019, MAIS DE 2.400 CIDADES EM 58 PAÍSES COLOCARAM SERVIÇOS PÚBLICOS SOB CONTROLE PÚBLICO

Setores de remunicipalização

311
Água

País	Nº casos
França	106
Estados Unidos	71
Espanha	38
Alemanha	17
Canadá	8
Argentina	8
Filipinas	7
Itália	4
Rússia	4
África do Sul	3
México	3
Campanha	3
Indonésia	3
Colômbia	3
Venezuela	3
Coreia	3
Reino Unido	3
Turquia	3
Paquistão	2
Malásia	2
Índia	2
Braçil	2
Índia	2
Estados Unidos	1
Uruguai	1
Bulgária	1
Taiwan	1
Suécia	1
Índia	1
Portugal	1
Libano	1
Guiné	1
Espanha	1
República	1
Centro Africano	1
Bélgica	1
Áustria	1



223
Governo local

Habitagem	31	Icon
Alimentação e restauração	28	Icon
Manutenção de espaços públicos (verdes)	22	Icon
Serviços de segurança e emergência	17	Icon
Transporte	15	Icon
Limpza e manutenção de edifícios	14	Icon
Esporões	10	Icon
Atividades culturais	8	Icon
Informação	7	Icon
Desporto	7	Icon
Proteção	6	Icon
Serviços funerários	4	Icon
Recursos humanos	3	Icon
Outros	10	



374
Energia

País	Nº casos
Alemanha	305
Espanha	18
Reino Unido	11
Estados Unidos	11
Japão	4
Países Baixos	4
Austria	2
Bélgica	2
Dinamarca	2
Frância	2
Grecia	2
Índia	2
Argentina	1
Bulgária	1
República Checa	1
Holanda	1
Lituânia	1
Filipinas	1
Ucrânia	1



138 Serviços sociais e de atenção à saúde



Educação **38**

País	Nº casos
Japão	12
Malásia	6
Alemanha	5
Reino Unido	4
Filipinas	3
Canadá	2
Espanha	2
Braçil	1
Chile	1
Índia	1
Nicaragua	1

País	Nº casos
Chile	40
Monaco	18
Canadá	14
Espanha	14
Reino Unido	10
Dinamarca	8
Suécia	7
Filipinas	6
Malásia	4
Nepal	3
Austrália	2
Alemanha	2
Japão	2
Estados Unidos	2
Bélgica	1
Braçil	1
Finlândia	1
Índia	1
Luxemburgo	1
Montenegro	1
Portugal	1
Rússia	1

192
Telecomunicações

País	Nº casos
Estados Unidos	146
Alemanha	35
Países Baixos	7
Canadá	3
Malásia	1



Transporte **47**

País	Nº casos
Frância	23
Reino Unido	13
Austria	3
Países Baixos	3
Canadá	2
Portugal	2
República Checa	1
Índia	1
Malásia	1
Turquia	1



85
Resíduos

País	Nº casos
Monaco	38
Reino Unido	35
Dinamarca	13
Alemanha	13
Canadá	7
Espanha	6
Egito	4
Frância	3
Países Baixos	3
Paquistão	1
Peru	1



As remunicipalizações se esforçam por

297

MAIOR CAPACIDADE LOCAL
PARA A CONSTRUÇÃO DA
RIQUEZA COMUNITÁRIA



188

TARIFAS MAIS BAIXAS
PARA OS RESIDENTES



158

MELHORES
CONDIÇÕES
DE TRABALHO



149

MELHORAR
O CONTROLE DEMOCRÁTICO
E A PROPRIEDADE PÚBLICA



264

MAIOR
INVESTIMENTO PÚBLICO
PARA SERVIÇOS DE QUALIDADE



209

ALCANÇAR OBJETIVOS DE
POLÍTICAS QUE BENEFICIEM
AS PESSOAS E O PLANETA



27

RESponder À FALÊNCIA
DO SETOR PRIVADO



9

ENFOQUE FEMINISTA
nos serviços públicos



142

MELHOR
SAÚDE PÚBLICA
E REDUÇÃO DE DANOS



245

CUSTOS
MAIS COMPETITIVOS
E ECONOMIAS PARA O
SETOR PÚBLICO



76

ASSOCIAÇÃO ENTRE
USUÁRIOS, TRABALHADORES OU
COMUNIDADES E AUTORIDADES
PÚBLICAS



138

ACESSO UNIVERSAL
PARA PROTEGER OS
DIREITOS HUMANOS
E SOCIAIS



119

MEDIDAS PARA ENFRENTAR
A CRISE CLIMÁTICA



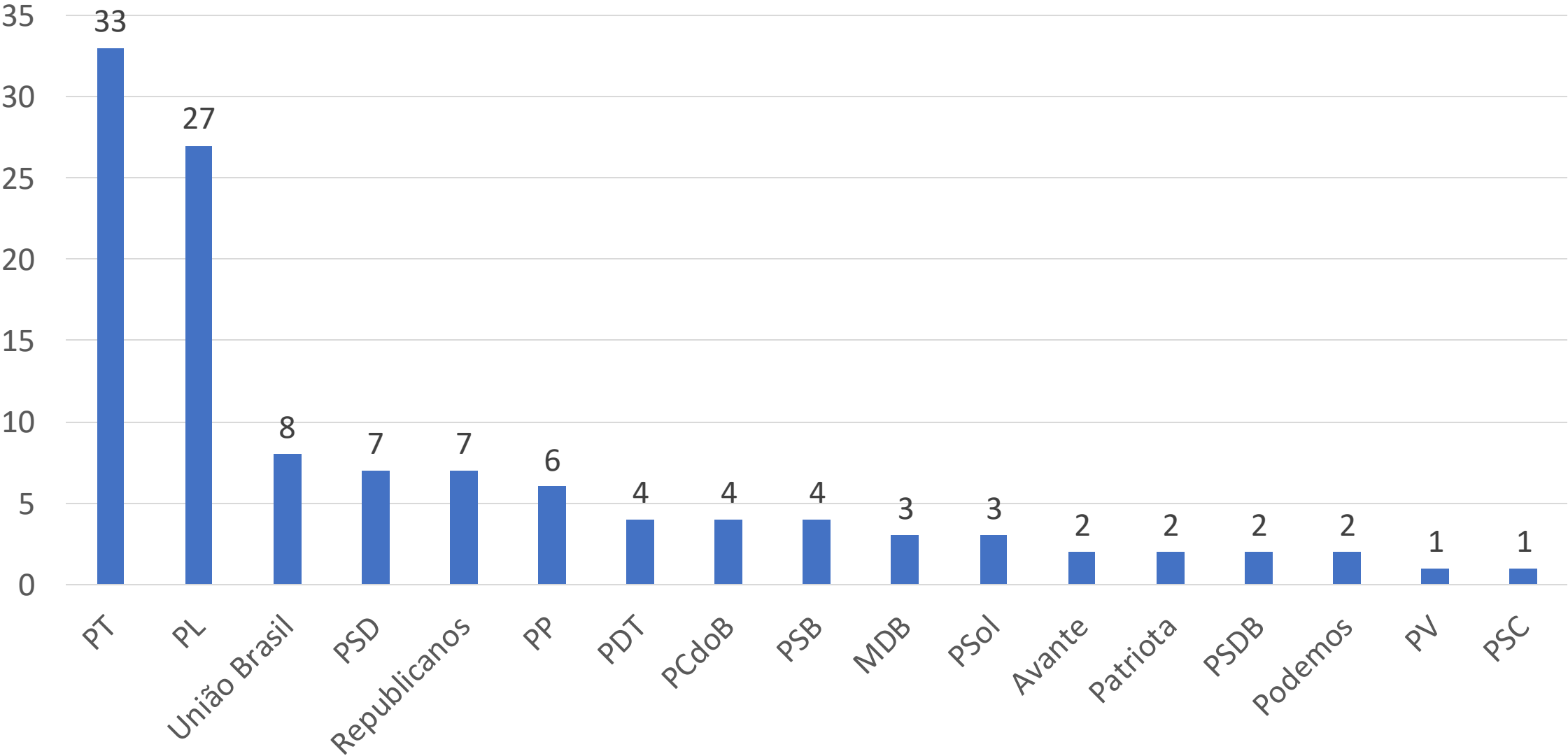
5. Ações urgentes

- Impulsionar o trabalho das frentes parlamentares;
- Agendar reunião com os parlamentares nas bases eleitorais;
- Realizar nas Assembleias e Câmara de Vereadores audiências públicas;
- Fortalecer a posição da Frente Parlamentar aos membros do GT da reforma administrativa; e
- Preparar material de comunicação direcionado aos parlamentares e a sociedade. Por onde começar?
 - Presidentes e vice-presidentes das Casas;
 - Líderes e vice-líderes partidários;
 - Assessorias das lideranças partidárias;
 - Parlamentares e seus gabinetes;
 - Parlamentares influentes – Cabeças 2025;
 - Bancada de servidores públicos/funcionalismo:

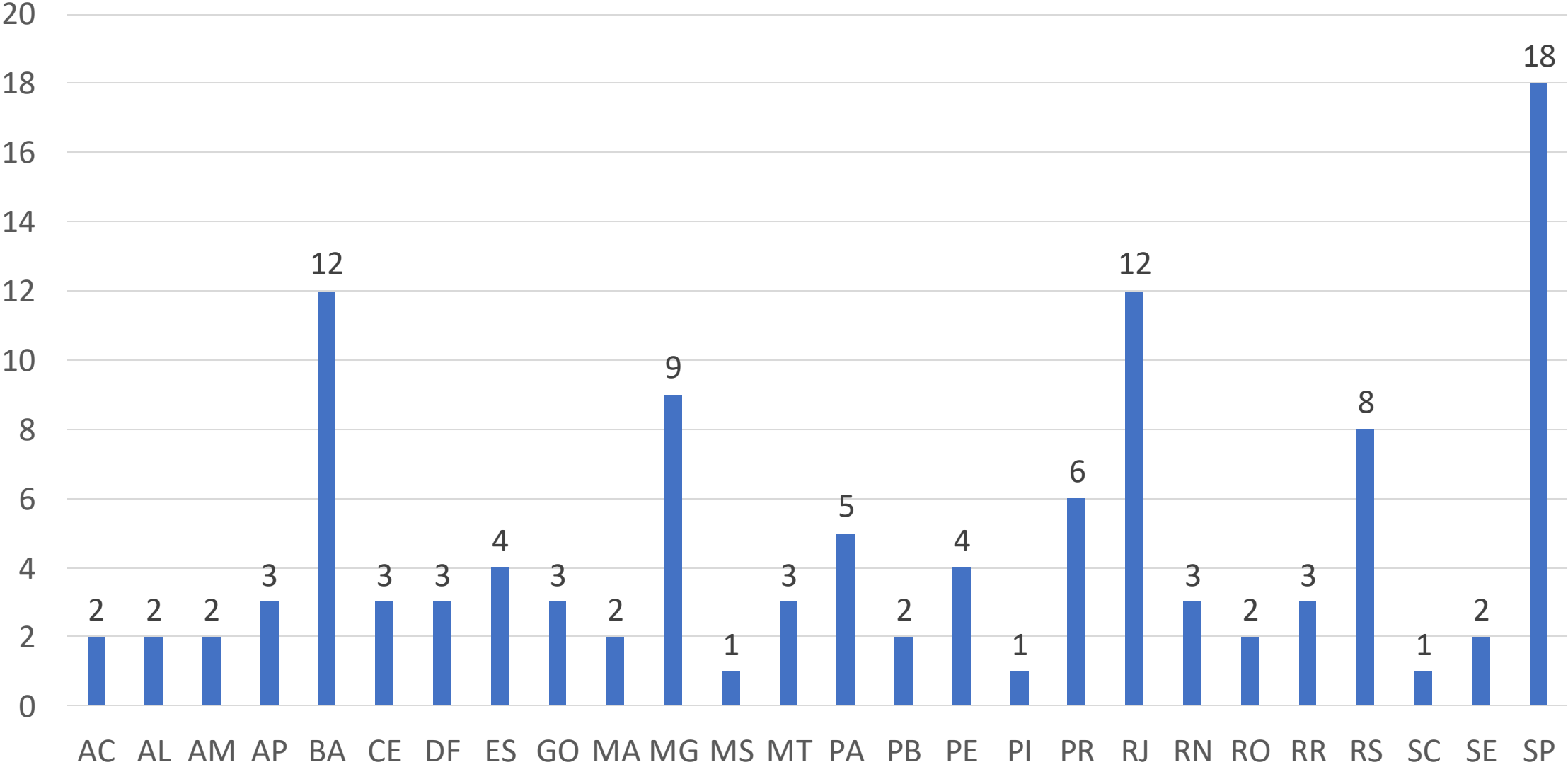
Atuação suprapartidária no Congresso – bancada dos servidores/funcionalismo público (2023 a 2027) - DIAP

- São 116 parlamentares que tem a profissão declarada principal ou secundária como servidor público em uma das três esferas;
- Distribuída em grande maioria dos partidos com representação na Câmara dos Deputados e Senado Federal (ao todo 16, CD);
- Ideologicamente em todas correntes: esquerda, centro e direita;
- Geograficamente com representantes em 26 das 27 unidades federativas; e
- Metade em primeiro mandato, porém com maioria de parlamentares experientes que conhecem a PEC 32.

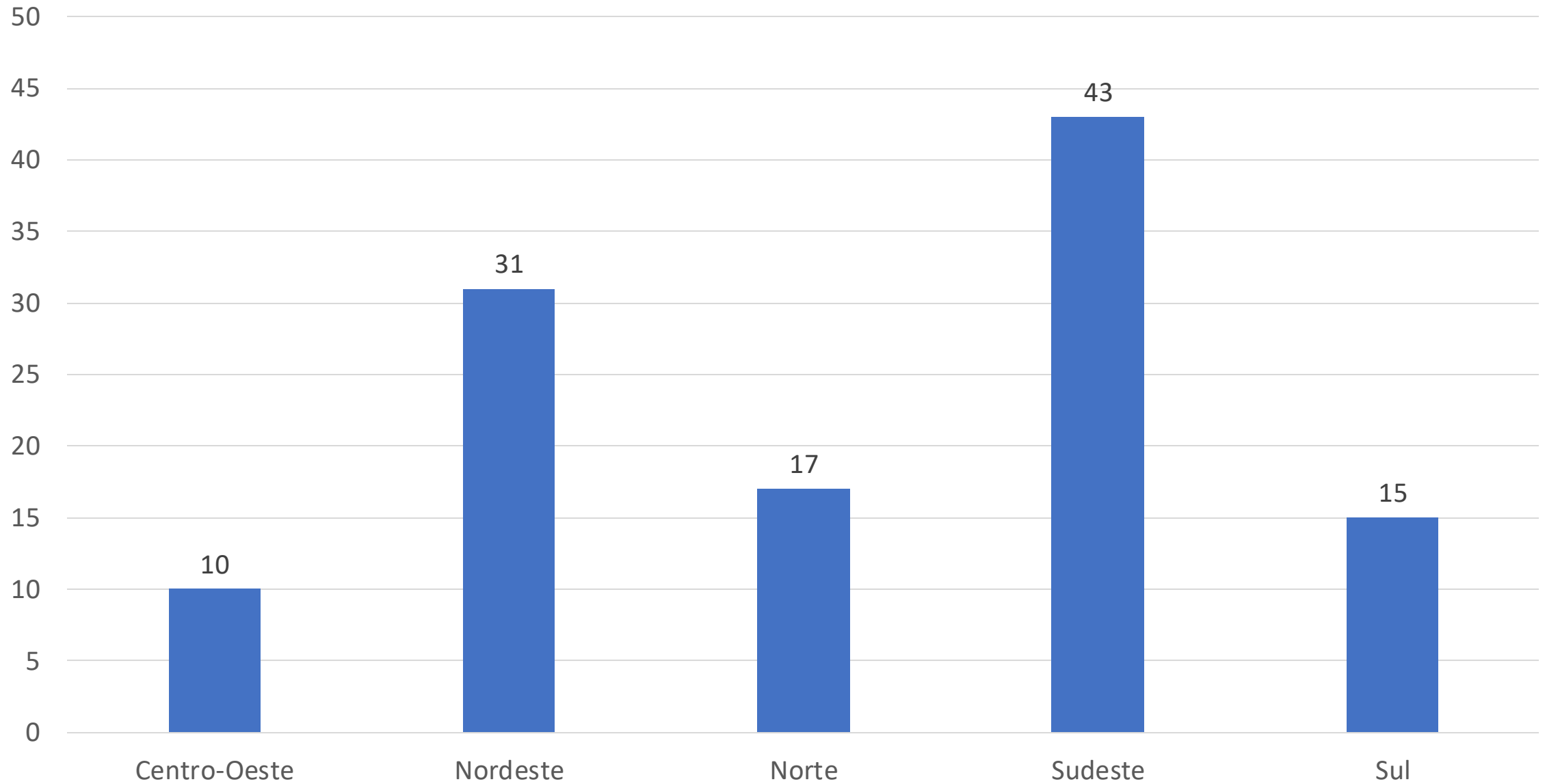
Bancada de servidores públicos por partido



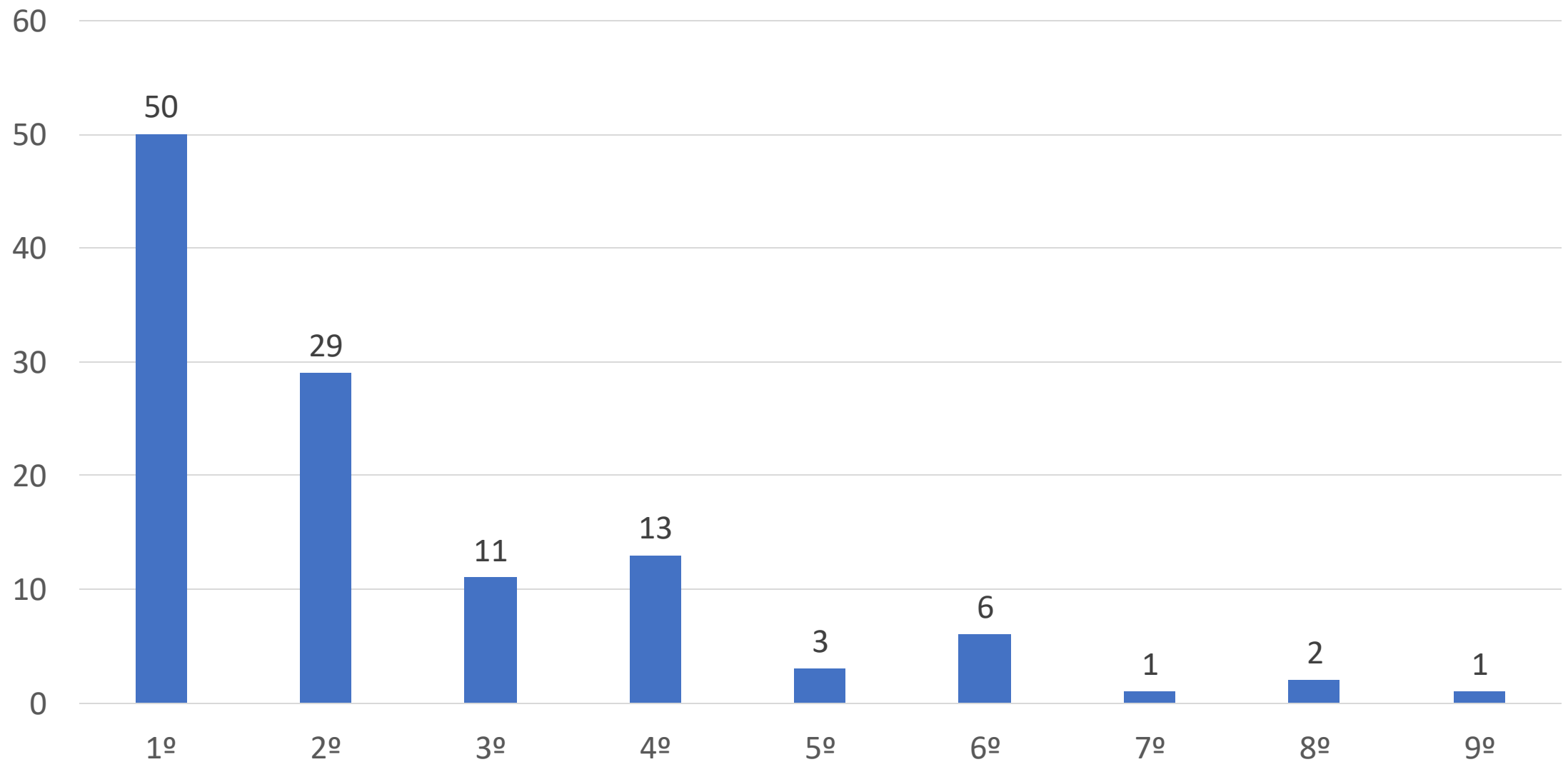
Bancada de servidores públicos por Estado



Bancada de servidores públicos por Região



Bancada de servidores públicos por mandatos





Obrigado!

neuriberg@diap.org.br

diap@diap.org.br

61 984730298